Estado, institucionalidade e a interiorização da economia política na produção do indivíduo[1][2]

State, institutionality and the interiorization of the political economy in individual production

Thiago Andrade dos Santos*

Resumo

Este estudo de natureza teórica objetiva refletir acerca do modo como a economia política produz e reproduz a sociedade e, para isso, precisa reproduzir o indivíduo. Evidencia-se o papel assumido pelo Estado, ou por qualquer forma de institucionalidade, na reprodução da sociedade. Os diversos enfrentamentos próprios do campo da política são, destarte, absorvidos, obscurecidos, ou apaziguados por esse Estado e sua arte de governar, que, com sua pretensa neutralidade e razão consensual, atua em função da anulação dos contrapoderes e de demais resistências. No modo de produção capitalista o Estado, atuando em função do processo de acumulação dos capitais, fortalece o poder do capital sobre o trabalho em tempos em que este último, tendencialmente, é expulso do processo produtivo. Os aportes teóricos aos quais se recorre nesta reflexão, embora distintos entre si, caminham no mesmo sentido, mas em paralelo, tocando-se alguns pontos. Ambos revelam que o poder hegemônico, em suas diversas formas de manifestação, sempre objetiva a produção de sociedades a sua imagem e semelhança.

Palavras-chave: Estado; Capital; biopolítica; poder; governamentalidade.

Abstract

This theoretical study aims to reflect on the way in which political economy produces and reproduces society and, in order to do so, it needs to reproduce the individual. We aim to analyze role assumed by the State, or by any form of institutionality, in the reproduction of society. The various confrontations proper to the field of politics are, therefore, absorbed, obscured, or appeased by this State and its art of government, which, with its supposed neutrality and consensual reason, acts for of the annulment of counterpowers and other resistances. In the capitalist mode of production, the State, acting for the capital accumulation process, strengthens the power of capital over labor in times when labor is, tendently, expelled from the productive process. The theoretical contributions on which this reflection is based, although distinct from each other, are moving in the same direction, but in parallel, touching some similar points. Both of them reveal that hegemonic power, in its various forms of manifestation, always seeks for the production of a society in its image and likeness.

Keywords: *State; Capital; Biopolitics; Power; Governmentality.*

Introdução

Essa reflexão, motivada pelos processos de modernização a cargo do capitalismo em escala global, objetiva mostrar o modo como a economia política produz e reproduz a sociedade e, para isso, precisa reproduzir o indivíduo. Evidencia-se o papel assumido pelo Estado, ou por qualquer forma de institucionalidade, na reprodução da sociedade. A discussão proposta se soma aos estudos que buscam uma percepção do mundo por meio de olhares e de pensamentos críticos, pois revela mecanismos sutis de opressão que, no limite, induzem os indivíduos a pensarem e a agirem como meros agentes econômicos. A manutenção de um modo de produção que ruma para a barbárie não consegue se manter sem o controle das condutas e das subjetividades. A história da era moderna como um todo mostra que a modernização em si é a produção de um sujeito, o sujeito produtor e consumidor de mercadorias. Economistas apologéticos constroem teorias para dizer que o sucesso e o fracasso são frutos, exclusivamente, do mérito individual, mais do que decorrentes dos limites internos e externos do próprio capital.

Para essa finalidade, as diversas formas de institucionalidade, dentre elas o Estado, governam as condutas dos vivos de dentro dos seus corpos, auxiliando a formar tipos específicos de indivíduos, que, no capitalismo, internalizam a economia política. Na marcha do processo de modernização de um capitalismo líquido, a construção das identidades coletivas em suas diversas manifestações; por raça, gênero, classe, etnia, crença, tem sido fortemente atacada se não alinhada ao *modus operandi*. Apesar da imanência das crises, há uma alienante individualização da culpa pelo mal estar dos mercados. Precisa-se, portanto, entender o papel das institucionalidades e do próprio Estado na engrenagem social que sustenta o capitalismo e os desdobramentos de suas práticas na produção desse espaço interno aos indivíduos. O corpo tornou-se território disputado, objeto do governo dos homens, governo que governa de dentro de nossas entranhas. É por dentro dos corpos que o fetichismo do capital primeiro ganha concretude. Isso reflete uma forma de controle das condutas destinado a um fim previamente pensado dentro de uma estrutura de poder.

A interiorização da economia política pelo Estado

> ...] durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, finalmente se apoderou da soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2007 1848], p.49).

As referidas palavras de Marx expressam de forma contundente, porém, ainda não desenvolvida pelo autor, proposições acerca do papel e da natureza do Estado nas formações sociais onde impera o modo de produção capitalista, cujas relações e as práticas sociais se reproduzem nos marcos da mercadoria e do dinheiro. Nesta acepção, a afirmação de que o Estado existe para que o modo de produção e as relações de produção capitalistas não se dissipem por conta de suas contradições imanentes é pertinente. Tal análise mostra que o Estado moderno, inserido no espectro da economia política, nasceu sobre as ruínas do Estado absoluto, já como desdobramento da ascensão do pensamento liberal advindo das práticas e necessidades da burguesia. Marx não chegou a desenvolver uma teoria do Estado, embora suas análises levem em consideração a centralidade que este exercia no processo de reprodução do capital de sua época. A argumentação de Marx mostra que a economia e a política se entrelaçaram na figura do Estado moderno.

Ora, o capital não produz, internamente, todos os pressupostos necessários para a sua reprodução, por isso, somente pode se configurar como um modo de produção a partir da incorporação da práxis social ao seu processo reprodutivo (BIHR, 2003, p. 10). É por definição uma relação social obrigada a se por como geradora e organizadora da sociedade em escala global (BIHR, 2003, p. 10). O capital, personificado nos diversos capitalistas individuais, não dá conta de reproduzir o espaço necessário para a produção e circulação das mercadorias, nem viabilizar a utilização do próprio espaço enquanto mercadoria, assim como não consegue reproduzir os meios socializados de produção e a força de trabalho necessária (BIHR, 2003, p. 8). Não pode dar conta dessa tarefa, pois os diversos capitalistas individuais se preocupam apenas com seus investimentos e ganhos separadamente do restante e estão sob um forte processo concorrencial entre si (GRESPAN, 1999, p. 193). A tarefa de gerir a esfera econômica para conter a queda tendencial das taxas

de lucro e de arbitrar o processo concorrencial é assumida pelo Estado, que o faz, no limite, produzindo o espaço.

Adentrando a natureza política do Estado capitalista, este se faz passar por neutro, contudo, atua em função do exercício do poder hegemônico de uma classe sobre a outra. Este Estado resulta da correlação de forças dentro da sociedade. Pelo fato de a burguesia gozar da hegemonia no capitalismo por controlar os meios de produção, o exercício do seu poder coletivo diante do proletariado se expressará na natureza e nas ações do Estado por ela engendrado. Esse raciocínio está na base da argumentação de Marx, citada no início dessa reflexão. Para Bihr

> é impossível limitar a análise do Estado em sua relação com a reprodução do capital às formas e estruturas relacionadas com as funções que ele desempenha nos dois níveis precedentes no processo de reprodução, sem levar em conta efeitos próprios às lutas entre as classes que nele se materializam (BIHR, 2003, p. 9).

Nesse sentido, apesar de atuar para a manutenção das relações de produção, o Estado moderno, engendrado juntamente com as necessidades do capital, não é a causa das relações assimétricas de poder entre as classes sociais. Ao contrário, é a expressão dessa assimetria, sendo, também, a estrutura que a mantém. A concepção dialética do Estado se distancia da concepção idealista de Hegel, que Marx entende ser mistificadora da realidade, por esta entender o real como um produto da razão. Para Hegel

> o Estado é a ideia ética ou o espírito ético realizados. Ele é a vontade que se manifesta, torna-se clara e visível, consubstancia-se. Ele é a vontade que pensa e conhece a si mesma, ele realiza o que sabe, e na medida em que sabe. O Estado encontra nos costumes éticos sua existência direta e irrefletida e sua existência indireta e refletida na autoconsciência do indivíduo e no seu conhecimento e atividade. Autoconsciência na forma de disposição social, tem a sua liberdade substantiva no Estado, como a essência, o propósito, e produto de sua atividade (HEGEL, 2001 1820], p.194-195, tradução própria).

A perspectiva de Hegel coloca o Estado como o mais perfeito fruto da razão humana, como um ser neutro, livre das paixões

e convicções particulares. Nessa acepção, grosso modo, a sociedade civil é produto desse Estado neutro politicamente, que a criou e a governa. Na perspectiva de Marx acerca da natureza do Estado, a qual esta reflexão adere, foi o Estado que nasceu da sociedade civil, não o contrário. Há uma alienação e um fetichismo do Estado em Hegel, visto que

> o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são o mundo invertido (MARX, 2005 1844], p.87).

A crítica de Marx trata da questão do fetichismo que está na essência da forma Estado. Na realidade, é uma crítica que perpassa todas as instâncias do mundo objetivo e subjetivo por estar conectada à totalidade dos processos sociais e à defesa da práxis humana. Marx entende como uma contradição central na modernidade o fato de as criações da mente e da mão humanas assumirem a condição de seres "alienígenas", estranhos aos seus produtores. O fetiche consiste no fato de as criações da mão e da mente humanas ganharem vida, enquanto seus criadores viram coisas (MARX, 2011 1867], p. 94). O fetiche, modo invertido como o capital se apresenta aos indivíduos (GRESPAN, 2019), resulta de diversas alienações entre as quais há a alienação do político. Expressada pelo fetichismo do Estado nessa forma de alienação há a separação entre os seres humanos e a política, abrindo caminho para que o seu exercício se dê pela forma do Estado. Pogrebinschi (2009) mostra a distinção entre política e político no pensamento de Marx. A dimensão da "política" designa essa política aprisionada pelo Estado. A dimensão do "político" representa a verdadeira política, que é imanente aos seres humanos. O Estado, desse modo, é uma mediação entre os homens e a política (POGREBINSCHI, 2009, p. 41). Este Estado, ao se colocar de pé na história, se configurou como um agente do capital, como opressor das contraofensivas nos enfrentamentos entre as classes sociais, entre o trabalho e o capital. O discurso predileto e falseador da realidade para a defesa das práticas estatais é a que põe esse Estado como o guardião da ordem e dos bons costumes, entretanto, no capitalismo,

> essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado 'uma forma independente', que surge da 'contradição entre o interesse

> do indivíduo e o da comunidade'. Essa contradição 'sempre se baseia' na estrutura social e, em particular, 'nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho ...] e pela qual uma classe domina todas as outras' (MARX, 1970 *apud* HARVEY 2005, p. 77).

A passagem que Harvey pegou emprestada de Marx reforça a ideia de que o poder exercido pelo Estado nada mais representa do que as tensões, interesses e conflitos entre as classes levados à instância estatal. Diante do exposto, não interessa o tipo de Estado do qual se está tratando, absoluto, liberal, Keynesiano, neoliberal, pois sua natureza e seus modos de ação no capitalismo sempre responderão aos arranjos existentes entre as classes. Essa afirmação é evidenciada com a exploração do desenvolvimento histórico do Estado, que abarca o longo caminho da passagem do Estado absolutista ao neoliberal. Nesse percurso se pode entender a sua natureza, bem como identificar que suas metamorfoses estão articuladas às necessidades do capital.

Tratando da gênese da relação entre o Estado e economia política, com a passagem do capital mercantil para o capital industrial, a partir do fim do século XVII, e graças às análises dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, a economia deixou de ser apenas uma prática para ganhar uma interpretação teórica, passando, assim, a exercer influências sobre a racionalidade político-estatal. Para atender às pressões sociais exercidas por uma burguesia ascendente e endinheirada da época, o Estado foi obrigado a incorporar o nascente pensamento liberal e intervir menos na dinâmica do mercado. A mão invisível, que na realidade era muito visível, e de *laissez-faire*[**3**], são expressões do pensamento desses autores. Deixar o mercado agir era a mensagem contida nessas expressões. Essa aproximação entre a política a cargo do Estado e a economia pode ser considerada como o ponto de inflexão da chamada economia política e, consequentemente, do Estado moderno.

Em torno dos debates acerca da normatização dos contratos de compra e venda de mercadorias e de punições por quaisquer violações à ordem, o poder do Estado absolutista foi transformado no chamado Estado democrático de direito, um Estado em que até mesmo o soberano deve seguir normas que o tornam igual a todos os cidadãos perante as leis. A submissão do poder absoluto do rei ao Estado de direito e a internalização das leis de mercado, após a incorporação do pensamento liberal às práticas

estatais, visava, no limite, acelerar o giro do capital, produção e circulação. Ademais, se queria dar mais segurança aos contratos relativos às trocas comerciais que envolvem desde a mercadoria força de trabalho aos mais caros produtos, mas com uma menor interferência do Estado na dinâmica do mercado. Afinal, todas as relações econômicas baseadas na troca de mercadorias pressupõem a igualdade jurídica entre os indivíduos.

Entretanto, a grande crise estrutural de reprodutibilidade dos capitais, em 1929, decretou a crise do Estado liberal e do *laissez-faire* e veio a demandar uma maior intervenção do Estado na economia. A burguesia da época não encontrava demanda suficiente nos mercados internos para as suas mercadorias e o período imperialista já dava

sinais de estagnação, além de ver a ameaça comunista bater à porta. Os Estados dos países centrais do capitalismo, então sob a influência das ideias liberais, foram aderindo às ideias de Keynes, a partir da década de 1930. A incorporação das ideias de Keynes nas ações do Estado afetou diretamente o mercado e a estrutura de classes, com a promoção de diversas obras de modernização urbana para a redução do tempo de giro do capital e para, ao mesmo tempo, estimular o consumo e a geração de empregos, via aumento dos gastos públicos. Para Keynes o crescimento econômico acontece, inicialmente, com o aumento dos gastos públicos aliado ao aumento dos salários e dos investimentos dos capitalistas, o que leva à geração de empregos e ao aumento do consumo das famílias. Com a retomada gradual do crescimento das economias, nas décadas seguintes à crise de 1929, o regime de acumulação fordista despejava quantidades ampliadas de produtos nas prateleiras e nos estoques e o consumo das massas de trabalhadores mais pobres acompanhava esse crescimento. O fordismo foi um regime rígido em que as grandes indústrias controlavam todo o processo produtivo, dos menores aos maiores componentes (HARVEY, 1992). Ao Estado cabia fornecer as condições gerais de produção, o fornecimento dos bens de consumo coletivo das cidades e a seguridade social básica. O Estado keynesiano, durante cerca de trinta anos, cumpriu seu papel no processo de acumulação e de contenção das tensões entre trabalho e capital, além de viabilizar o escoamento dos estoques pela geração maciça de empregos e pelo aumento dos salários dos trabalhadores.

Após a segunda guerra mundial, as pressões advindas da classe dos trabalhadores resultaram em políticas de Estado

que lhes garantiram melhores condições de vida e de consumo, mas que, efetivamente, deram fôlego extra ao capitalismo da época. A política do *Welfare State*, Estado de bem-estar social, nos Estados Unidos, e a social democracia praticada, principalmente, em países europeus como Alemanha, França, Suécia, Inglaterra e outros representaram políticas dentro dos princípios Keynesianos de se gerar crescimento econômico e amenizar as tensões entre as classes. A social democracia e o *Welfare State* não deixam de ser conquistas das lutas dos trabalhadores, pois representaram a elevação dos gastos públicos com a reprodução da força de trabalho, mas, por outro lado, fizeram com que houvesse o amortecimento de lutas do proletário, que poderiam levar a ganhos e transformações mais significativos. Nas palavras de Bihr (1998, p. 37.), o compromisso entre as classes não ocorreu nos moldes de um contrato, mas foi imposto às partes "pela própria lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo". Esse acordo não acabou com a luta de classes, apenas, representou "uma *espécie de imensa barganha*, pela qual o proletariado renunciou 'à aventura histórica' em troca da garantia de sua 'seguridade social'" (BIHR, 1998, p. 37).

A crise do capital manifestada no período fordista/keynesiano, na década de 1960, por sua vez, trouxe novamente a questão da intervenção do Estado na economia, assunto que já havia entrado em pauta desde o colóquio Walter Lippimann, de 1938. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 158), nesse colóquio houve uma forte oposição ao *laissez-faire*, e, longe desse "novo" liberalismo condenar a intervenção do Estado nos mercados, a questão central era "qual deve ser a natureza das intervenções?". No entanto, essas proposições ficaram à margem dentro do pensamento econômico até o modelo fordista/keynesiano começar a dar sinais de esgotamento. A crise que o capitalismo enfrentou na década de 1970 se globalizou por meio da mundialização dos ciclos reprodutivos dos diversos capitais e das políticas neoliberais a cargo dos Estados. Essa crise já havia sido antecipada como tendência por Marx e expressa o fato de o capital repelir a si mesmo, por conta do processo concorrencial e a consequente expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (GRESPAN, 1999, p. 193).

O capitalismo líquido, expressão derivada da noção de *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), que o mundo experimenta desde a década de 1970, apostou na reorganização e na flexibilização da produção e do mundo do trabalho, sofisticando, assim, as formas de exploração, de opressão, e, por analogia, as

formas de resistência. A reestruturação produtiva, em busca do aumento desmedido da produtividade pelo uso da tecnologia, tende a expulsar o trabalho vivo, tornando a crise algo inevitável. A consequente desvalorização das mercadorias e a perda de substância do capital são mascaradas pela colocação nos mercados de uma grande massa de dinheiro sem lastro, dinheiro que se autonomiza e não coincide com sua substância, o trabalho (KURZ, 2019, p. 55).

A crise na reprodução do capital refletida na menor quantidade de valor em cada mercadoria foi compensada pelo aumento da produtividade e pela comercialização em escala global dessas mercadorias. Não é por acaso que há uma corrida global em marcha pela liberação de novos mercados e por acordos unilaterais com os tradicionais mercados para que as barreiras locais e nacionais sejam destruídas o mais rápido possível. A generalização da forma moderna do Estado se iniciou na década de 1960 e já não basta entendê-lo apenas como uma instância de realização do direito e da economia (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141). Neste período "novo", "preparado e anunciado com a planificação autoritária na União Soviética", o Estado moderno se mundializou e veio a constituir um "modo de produção estatal", em que o Estado organiza e produz o espaço global para o processo de acumulação (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141). Nessa acepção, "cada Estado particular não é mais que uma unidade no conjunto, uma ligação na cadeia dos Estados. Ambos fenômenos andam juntos, a constituição dentro de cada país do 'modo de produção estatal' e a globalização do Estado" (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141).

As forças políticas, econômicas e culturais que querem manter sua hegemonia costumam lançar mão de diferentes estratégias de controle social. Dentre essas estratégias de controle social há a ordenação, a produção e o controle do espaço. O capitalismo somente atenua suas contradições internas produzindo espaços (LEFEBVRE, 1976, p. 21). Pode-se dizer que a produção do espaço abstrato (LEFEBVRE, 1991 1974]), inscrita na reprodução do espaço, continua a se processar pela mão do Estado, sendo bruscamente reduzidos os gastos com a reprodução da força de trabalho, até então fornecidos pelo Estado de bem-estar social. Nesse contexto, as políticas do neoliberalismo representam uma tentativa de diminuição dos investimentos por parte dos Estados nos gastos com a seguridade social, além de existir uma maior permissividade à mundialização dos capitais em sua fase de acumulação flexível. Nos termos de Harvey (2005;

1982; 1992), essa permissividade é um dos principais fatores que contribuíram para a quebra das barreiras espaciais para o capital e que fez expandir a divisão do trabalho em escala global, acentuando o desenvolvimento geográfico desigual.

Para Marx (2011 1867], p. 827-877), a "acumulação primitiva" mostrou claramente esse processo engendrado pela associação entre a burguesia e o Estado. Esse momento representou o marco inicial da separação entre o trabalho e os meios de produção, que na Inglaterra se manifestou como uma política de cercamentos das terras camponesas. Assim, os capitalistas puderam se apropriar dos meios de produção, a fonte de sua riqueza. Harvey (2013, p. 121-122) entende que a acumulação primitiva acontece, no momento atual, sobre a forma da "acumulação por espoliação[**4**]", "o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado". O processo contínuo de proletarização, que envolve essa espoliação dos meios de reprodução da vida humana, articula-se à crise imanente na qual o capital expulsa o trabalho vivo do processo produtivo, cria um cenário destrutivo em que o papel do Estado passa a ser administrar com mãos firmes também a barbárie social que está em marcha e que surge como desdobramento do arranjo entre as classes.

Desse modo, o Estado age de acordo com a economia política para mitigar essas contradições. É o Estado que garante a preservação da "igualdade" e da "liberdade" de troca, proteção do direito de propriedade, garante o cumprimento dos contratos, garante a mobilidade, a regulação dos aspectos "anárquicos" da competição capitalista, desempenha papel de árbitro entre os interesses conflitantes dos diversos capitais (HARVEY, 2005, p. 83). Valendo-se de uma leitura de Marx, Harvey (2005, p. 84) diz que o capital é um processo, o qual tem como sua razão de ser o lucro, e ele "não é nada mais do que dinheiro reposto na produção e na circulação para render mais dinheiro". Nesse contexto, o Estado e, em especial, o sistema legal possuem função central. Eles assumem a função de garantir a mobilidade do capital e do trabalho, o direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimentos dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação e a garantia da estabilização do sistema monetário, via Banco Central, removendo as barreiras que forem necessárias (HARVEY, 2005, p. 84). Partindo dessa perspectiva, o Estado foi e é uma condição para que o modo de produção capitalista se mantenha e para que mantenha o seu poder perante as demais classes e grupos sociais, destruindo

o devir que insiste em brotar dentro dele, embora não dê conta dessa missão. A ação do Estado, no capitalismo, é uma condição, não uma escolha, o que desmonta o discurso neoliberal acerca da ideia de Estado mínimo.

Os dispositivos de saber-poder, a sociedade disciplinar e a economia política

Considerando o papel do Estado pela perspectiva foucaultiana, este não pode ser restringido ao recorte das classes sociais. A heterodoxia das análises de Foucault acerca do poder extrapola a visão dualista, não somente para que se entenda a natureza das relações que o Estado sustenta, mas para que se entenda, com mais clareza, a natureza das relações humanas em si. Isso se explica pelo fato de o estudo do Estado, na perspectiva de Foucault, estar submetido ao entendimento das noções de poder, de governo e de institucionalidade. Há, portanto, importantes distinções entre as interpretações marxistas e foucaultianas acerca do Estado, que ficarão evidenciadas em seguida. As distinções não se dão somente acerca do Estado, pois para os marxistas a produção dos indivíduos se processa no âmbito das relações de produção. Para Foucault é o poder que produz os indivíduos. Se o poder produz os indivíduos, então, ele produz um tipo específico de sociedade. Há em Foucault, portanto, a necessidade de se compreender como o poder se manifesta historicamente nas diferentes artes de governar para que se entenda a sociedade por ele engendrada.

Não há uma teorização ou sistematização da noção do poder na obra de Foucault, mas este está presente, largamente, em toda a sua bibliografia. A partir do que se pode depreender de leituras da obra de Foucault, a natureza do poder não deve ser definida ou compreendida como propriedade de um determinado possuidor do poder, mas, essencialmente, como algo que é imanente a todos os níveis e escalas das relações sociais, incluindo o espaço do corpo. Portanto, de acordo com Foucault,

> haveria um esquematismo a evitar - esquematismo que, aliás, não se encontra no próprio Marx - que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por

> canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 1984, p. 160).

Na passagem acima, Foucault chama a atenção para o fato de que Marx recusa esse esquematismo de atribuir a exclusividade do exercício do poder ao Estado, ou mesmo a uma classe específica, pois percebe que há, efetivamente, uma luta com forças que atuam em sentidos opostos. Os poderes engendram contra-poderes. O Estado, embora tenha se tornado estrutural na reprodução do capitalismo, é, basicamente, o resultado desse conflito de interesses. O Estado é, na realidade, o produto dos antagonismos sociais produzidos nessas relações, não o possuidor do poder. Foucault tinha restrições em relação ao entendimento da noção de poder em algumas abordagens marxistas e do direito, por atribuírem excessiva centralização do exercício do poder à figura do Estado, por parte destes, e por uma visão que o restringia à manutenção das relações de produção capitalistas, por parte daqueles, levando o seu entendimento apenas à ideia de repressão e de lei (POGREBINSCHI, 2004, p. 183-184). Nessas abordagens, entendidas por Foucault como economicistas, a noção de poder se confunde com a de soberania, pelo entendimento do poder como pertencente a um Estado regido por um soberano. O poder, nessa acepção, estaria no corpo do soberano. Por meio de uma abordagem genealógica, Foucault mostra que o poder não mais se resume ao corpo do soberano, alcançando os corpos e as vidas dos indivíduos com o desenvolvimento do capitalismo. Além de não contemplarem as micro escalas do poder, as resistências e os enfrentamentos, essas abordagens relatam apenas a negatividade do poder e perdem de vista sua positividade, no sentido da potência transformadora que contêm.

Nas palavras de Albuquerque (1995, p. 108), Foucault entende o poder como uma relação social assimétrica que institui dois polos e a natureza dessa relação desproporcional é a tendência de subordinação de uns para a manutenção de determinada ordem política instituída por outros. À vista disso, é preciso captar o poder em ato, "como movimento que recorta os espaços, atravessa os objetos e demarca um campo de enfrentamento. O poder é luta" (MARTINS, 2010, p. 1).

> Posteriormente, em "A vontade de saber", Foucault explica que esses dois termos (poder e resistência) não se encontram em relação de exterioridade. Estamos sempre "no" poder e, nesse sentido, não há escapatória; o que não quer dizer que o poder sempre vença ou que as resistências sejam inúteis. Se o poder existe numa rede vasta e multiforme de relações, os pontos de resistência também se apresentam como multiplicidade e como focos. Assim, como não existe um grande poder, não existe um local único de recusa: "a" resistência se move para a pluralidade (ALVIM, 2012, p. 25).

Como pontos de enfrentamentos e de lutas, as relações de poder se constituem de "relações de forças múltiplas e móveis, desiguais e instáveis, é evidente que ele não pode emanar de um ponto central, mas de instâncias periféricas, localizadas" (POGREBINSCHI, 2004, p. 183-184). Nessa perspectiva, o Estado e a lei aparecem apenas onde já não podem ser entendidos como poder. Embora o Estado seja posto e reposto como a encarnação do poder, ele não o é. À vista disso, há a necessidade de entendê-lo inserido dentro da perspectiva de institucionalidade, de governo dos vivos e da arte de governar. A arte de governar é o exercício do poder e perpassa todos os tipos de governos, mudando conforme seja necessário. A institucionalidade é o que é instituído pelas relações de poder.

A argumentação de Foucault articula o saber indissociavelmente ao poder nas relações sociais. Os dispositivos de saber-poder expressam o fato de que o exercício do poder requer um "conhecimento útil", que possa, em alguma medida, expressar a "manifestação da verdade em sentido amplo" (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12). De maneira perspicaz, Foucault encontrou no grego o adjetivo *alêthourguês*, que significa "alguém que diz a verdade" e dela deriva a palavra aleturgia, que significa "a produção da verdade" (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12). Assim,

> poder-se-ia chamar aleturgia esse conjunto de procedimentos e dizer que não existe exercício de poder sem qualquer coisa como uma aleturgia. Ou ainda, - e vocês sabem que eu adoro as palavras gregas - porque o exercício do poder chama-se em grego hegemonia, não no sentido que damos hoje a essa palavra, mas hegemonia é simplesmente o fato de se encontrar, face aos outros, na possibilidade de conduzi-los e de conduzir,

> de algum modo, suas condutas; então, eu diria que é bem provável que não exista nenhuma hegemonia que possa se exercer sem qualquer coisa como uma aleturgia. E tudo isso para dizer simplesmente, de uma maneira bárbara e herética, que tudo aquilo que se chama conhecimento, quer dizer, a produção da verdade na consciência dos indivíduos pelos procedimentos lógicos e experimentais, não é, depois de tudo, mais que uma das formas possíveis de aleturgia. A ciência, o conhecimento objetivo, é somente um momento possível de todas essas formas pelas quais pode-se manifestar o verdadeiro (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12).

Nessa acepção associa-se o exercício do poder à produção de discursos e práticas que se ponham como verdadeiras e visam instituir algo. A busca por explicações que se ponham como verdadeiras tornou-se o modo de ação da arte de governar, com os saberes atuando em função do poder. No que se refere aos governos, mais precisamente à sua arte de governar, o que se objetiva com os discursos para as massas é a aceitação de suas práticas como verdade. Ora, não há como convencer um jovem cheio de vida a se lançar em uma guerra na qual a morte é iminente sem que se faça uso de um dispositivo de *saber-poder* que se ponha como verdade. Os distintos modos de organização da burocracia do Estado ao redor do planeta com suas distintas instituições e indivíduos e distintos aparelhos ideológicos e repressivos são diferentes na aparência, mas, em sua essência, consistem na prática do governo dos vivos.

Conforme Pogrebinschi (2004, p. 199), as análises históricas da manifestação do poder realizadas por Foucault em sua relação com as distintas artes de governar relevam três grandes eixos: o poder do soberano, o poder está no corpo do soberano; o poder disciplinar, o poder está o corpo dos indivíduos e, contemporaneamente, o biopoder, o poder alcança a vida dos indivíduos. Desse modo, o tipo de sociedade produzida pelo poder do soberano é distinto daquele produzido pelo poder disciplinar, que remonta os séculos XVII e XVIII, e assim por diante. A sociedade regida pelo exercício do poder de um soberano reflete as vontades desse monarca. Maquiavel caracterizou a arte de governar do Estado absoluto e explicitou as estratégias para manutenção do governo de um soberano sobre os súditos e os territórios conquistados. Em seus termos,

> quando aqueles Estados que se conquistam, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos, porque, sendo esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não pode permanecer sem sua amizade e seu poder, e há que fazer tudo por conservá-los. Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos (MAQUIAVEL, 2005 [1513], p. 31).

Nas palavras de Foucault (2008a [1977-1978], p. 122-123), Maquiavel está a descrever a arte de governar e "é esse vínculo frágil do príncipe com seu principado que a arte de governar, a arte de ser príncipe apresentada por Maquiavel, deve ter como objetivo". Os territórios nacionais expressam a objetivação dos anseios e necessidades de determinadas estruturas de poder, calcadas em conflitos de interesses dentro do conjunto da sociedade. A arte de governar do soberano se vale das tramas e estratégias territoriais vitais para a manutenção de um conjunto de relações socioespaciais. À medida que o espaço social torna-se um território controlado pela arte de governar de um soberano, o poder exercido se manifesta no espaço e nas relações produzidas por ele. A sociedade produzida por essa arte de governar, em larga medida, reflete as vontades do soberano.

A sociedade disciplinar, por sua vez, resultou de uma limitação ao poder do soberano por meio de uma nova forma de Estado, o Estado liberal e de direito. O poder disciplinar coincide com o nascimento do Estado liberal e do Estado de direito, no século XVIII, que se articularam entre si e se puseram à disposição da economia. As necessidades do mercado impuseram o direito como um controle às vontades dos soberanos, que passaram a ter que seguir as leis como todos os demais indivíduos. O poder disciplinar exercido pelo Estado de direito consiste no fornecimento de normas e valores às famílias, que disciplinavam seus membros. No âmbito das famílias, os dispositivos de sexualidade, a administração das finanças do lar, ou os valores religiosos eram primeiramente ensinados e praticados. Com a massificação das escolas, o governo disciplinar pode se envolver mais de perto com o ensino desses valores, normas e

conhecimentos necessários ao mundo do trabalho, assumindo, em muitas situações, a função da família (MARTUCCI, 2018, p. 79). O governo disciplinar representa a passagem para uma arte de governar em que as relações de poder invadem os corpos dos indivíduos. O poder não mais se resume ao corpo do soberano. O exercício do poder no Estado de direito objetiva o controle disciplinar sobre as famílias. Por uma perspectiva histórica, na passagem do capital mercantil ao capital industrial, no século XVIII, a economia já se colocava como a razão interna ao Estado. Quanto à essência da incorporação da economia pelo Estado, Foucault diz que

> [...] a peça essencial tanto na pedagogia do príncipe como na polícia, o elemento central é esse governo da família, chamado, justamente, de "economia". E a arte do governo, tal como aparece em toda essa literatura, deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia - isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convêm -, como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? A introdução da economia no seio do exercício político, é isso, a meu ver, que será a meta essencial do governo. Assim o é no século XVI, é verdade, mas será também ainda no século XVIII. No verbete "Economia política" de Rousseau, vocês veem como Rousseau ainda coloca o problema nesses mesmos termos, dizendo em linhas gerais: a palavra "economia" designa originariamente "o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família [...] Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, [exercer] em relação aos habitantes, as riquezas, a conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens" (FOUCAULT, 2008a [1979-1980], p. 126-127).

Essa economia moral e disciplinar consiste na internalização das leis e valores do modo de produção pelos indivíduos sem a necessidade de sermos lembrados disso a todo tempo. Acerca

desse Estado que internaliza a economia política, se pode dizer, portanto, que, desde o século XVIII, o elemento central de sua arte de governar, a qual lança mão o Estado moderno, é o governo da família (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 126). Por conseguinte, as micro e macro relações de poder que se estabelecem entre o capital e trabalho passaram a se expressar e se reproduzir dentro e fora da jornada de trabalho no âmbito das famílias. Sem essa articulação, a reprodução das relações de produção e própria reprodução do capital dificilmente ocorreriam. O bom pai tornou-se aquele que sabe mostrar aos seus filhos as boas práticas econômicas juntamente com a moral e os bons costumes. A preocupação do poder disciplinar sempre foi a de criar e recriar formas de introduzir no seio do exercício político a economia em uma sociedade, cujo governo produz indivíduos disciplinados, dóceis.

A sociedade biopolítica e os dispositivos de governo no âmbito da população

A biopolítica pode ser entendida como a extensão dos dispositivos de poder para o controle da vida dos indivíduos e sua genealogia data do fim do século XVIII e início do século XIX. Com a biopolítica, os dispositivos de saber-poder migram de técnicas disciplinares para o controle da vida dos indivíduos no âmbito da população. Há a passagem de uma espécie de "anátomo-política do corpo humano" para uma "biopolítica da espécie humana" (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]). Foucault está mostrando, efetivamente, a passagem da sociedade disciplinar à sociedade biopolítica, embora as técnicas disciplinares não tenham desaparecido, mas se tornaram mais complexas e sutis. Essas mudanças estão fortemente articuladas às necessidades do capitalismo dessa época, que demandava um novo tipo de indivíduo e de um novo tipo de sociedade.

Em *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008a [1977-1978]), em o *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008b [1978-1979]) e *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]), Foucault chegou a importantes descobertas acerca da passagem do poder disciplinar à biopolítica e ao biopoder. A economia política se configurou como tal quando o objeto das práticas estatais deixou de ser apenas as finanças e a riqueza e alcançou o controle da população (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 100). Tomada como um dado passível de análise positiva, a população

poderia ser manejada por meio de técnicas matemáticas, estatísticas, sanitárias etc. Sabe-se que os diversos setores do capital necessitam dessas informações estratégicas para estimar o potencial de seus negócios e de suas vendas, o número de trabalhadores disponíveis, o nível de escolaridade desses trabalhadores, o seu estado de saúde.

Os mecanismos de incorporação do econômico pela sociedade alcançaram a vida dos indivíduos no âmbito da biopolítica. O conceito de biopolítica nasceu como um desdobramento dos estudos prévios de Foucault acerca do poder e contempla as estratégias para esse controle visível-invisível exercido no âmbito da política e que incide diretamente na vida das pessoas, tornando as ações individuais dados quantificáveis. A biopolítica para Foucault opera indissociável do que ele chama de "regimes de verdades". O regime de verdades, regido pela razão de Estado, especialmente do Estado moderno, tem alojado dentro de si a economia política e essa "não tem de forma alguma a exterioridade que o pensamento jurídico tinha" no Estado absolutista (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 19-20). A economia aparece na arte de governar como uma "verdade" a ser preservada. Desse modo, a biopolítica é o governo da vida dos homens que estabelece os limites entre o verdadeiro e o falso, entre o proibido e o permitido, entre o bom e o ruim, entre o sagrado e o profano, supostamente, em função da manutenção da ordem e da prosperidade econômica. Articulada ao poder e ao biopoder, a biopolítica é uma descoberta que sintetiza todas as análises de Foucault sobre a sexualidade, o panóptico, a loucura, a linguagem. A passagem da sociedade disciplinar para a biopolítica evolve o direcionamento das técnicas de poder sobre os corpos e sobre a vida (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289). Há um novo objetivo, a passagem do governo do "homem-corpo" para o "homem-espécie" (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289).

A partir do momento em que a economia política passou a ser uma espécie de razão primeira do poder estatal, o conhecimento dos hábitos e características da população tornou-se algo necessário ao processo de acumulação. Passou a ser de interesse do poder biopolítico as taxas de natalidade, de fecundidades, de envelhecimento da população, seu estado de saúde, a partir das quais o governo poderia desenvolver estatísticas e previsões para subsidiar futuras intervenções no âmbito da população (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289-293). Se a queda da natalidade está afetando os índices de acumulação, o governo lança mão de uma política de estímulo à procriação, se há pessoas demais é recomenda a redução do número de crianças por casal. Aqueles que não conseguem se adaptar ao mundo produtivo são taxados de loucos, drogados, marginais, preguiçosos ou qualquer outro adjetivo pejorativo. Nessas tramas biopolíticas, o Estado assume o posto de fiscalizador, educador, provedor, guia, zelador de comportamentos e destinos (MARTINS, 2010, p. 4). Mesmo que para isso tenha que usar a violência.

Para se reproduzirem, os capitais dependem, efetivamente, da exploração das forças de trabalho alheias, embora ambas as classes estejam sujeitas ao automatismo da forma-valor. A concorrência generalizada dos capitalistas entre si e dos trabalhadores entre si ajuda a obscurecer a dimensão coletiva da vida que se vive. No entanto, as institucionalidades biopolíticas sabem dessa dimensão coletiva, pois realizam cálculos periódicos dos resultados desses processos de acumulação em termos coletivos e não individuais. Nesse sentido, a economia política interna à biopolítica se ocupa da ordenação da riqueza, da população e do território.

> [...] A economia política pode se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza chamada 'economia política' que se constituirá uma ciência e, ao mesmo tempo um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 140-141).

O governo dos territórios sob as vontades da economia política implica a configuração de um arcabouço jurídico, o qual expressa mecanismos punitivos para a resolução de conflitos no âmbito da população. É nesse contexto, final do século XVIII, que surgem as primeiras prisões (FOUCAULT, 1987 [1975]). As ruas, locais de escoamento de mercadorias, de passagem de pessoas e de diversos assaltos, impuseram aos governos das cidades o desenvolvimento de dispositivos de segurança baseados em séries de dados que mostram o número de ladrões, o número de carroças, o número de miasmas**[5]**, de passantes (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 26-27). Para Foucault (2008a

[1977-1978], p. 27) “a gestão dessas séries abertas [de dados e informações], que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades” é o que caracteriza o “mecanismo de segurança”. A questão da segurança aparece, então, como um conjunto de dispositivos disciplinares da arte de governar biopolítica, em que se tenta antecipar os crimes pelo controle prévio e probabilístico das ações dos indivíduos. Não é por acaso que há uma forte preocupação, ainda hoje, com as taxas de desemprego, de natalidade, de mortalidade, de acumulação. Somente assim é possível ao Estado a gestão a barbárie decorrente das crises econômicas.

Sobre essas bases, de uma arte de governar, os Estados modernos se puseram de pé na história juntamente com o crescimento das práticas mercantis e, nesse processo, a transformação do espaço em territórios nacionais foi estrutural. Evidenciam-se as bases práticas de operação da economia política. As práticas mercantis e a consolidação do mercado na sociedade medieval europeia trouxeram a necessidade da compreensão mais racional do mundo. As pressões por uma racionalização das (e nas) práticas sociais exercidas pelo mercado em expansão, em oposição ao discurso mistificador das instituições religiosas e da monarquia, foram fortemente impulsionadas pela adesão popular ao discurso racional. Com a intensa proletarização, os valores morais da economia passaram a figurar acima dos valores religiosos para os trabalhadores, pois quem colocava comida em suas mesas era o mercado. Isso porque, como diz Foucault (2008b [1978-1979], p. 43), nessa fase, digamos pré-capitalista, “o mercado era um lugar de jurisdição”, de justiça, o que destoava das práticas autoritárias e luxuosas dos Estados monárquicos absolutos. Ainda segundo Foucault, nos mercados pré-capitalistas sediados nas cidades, os burgos, os mercados eram onde se praticava o peço justo. Não se saía desses espaços de mãos vazias, pois os valores de uso eram trocados por outros valores de uso, tendo como parâmetro a utilidade do bem. Atualmente, ir aos mercados sem dinheiro significa sair de lá sem absolutamente nada. Quem sai dos mercados sem nada e tenta roubar comida vai preso e vira estatística; sua cor, sua classe, sua renda, seu bairro, etc.

Governamentalidade neoliberal e a produção do indivíduo empresário de si mesmo

Com o neoliberalismo evidencia-se a governamentalidade como tecnologia de controle das condutas, que visa a produzir indivíduos que assumem para si as reponsabilidades de sua vida econômica como se fossem empresas. De acordo com Foucault (2008b [1978-1979], p. 232-233), o pensamento econômico ordoliberal alemão do século XIX e início do XX utilizava o Estado de direito como uma alternativa positiva oposta ao despotismo do soberano e ao Estado de polícia. Assim, “primeiramente, o Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 233). Dessa forma, “governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18). Como técnica para a manutenção de um governo, dessa arte de governar, governa-se *pela* liberdade e não *contra* a liberdade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18).

Conforme mencionado acima, a submissão do exercício do poder estatal ao direito visava favorecer as trocas comerciais em um capitalismo industrial em expansão, que não mais poderia se expandir submetido às vontades e excentricidades de um soberano. Tampouco os contratos comerciais poderiam ser realizados sem qualquer salvaguarda jurídica. Os mecanismos de governo dos vivos foram se sofisticando a ponto de a arte de governar chegar ao nível da governamentalidade. No último século, a racionalidade econômica vem produzindo, amplamente, indivíduos prontos a se vender como mercadoria nos mercados em uma relação contratual com seus patrões naturalizada e salvaguardada pelo governo. Tornou-se comum os intelectuais orgânicos dos governos enfatizarem pelos meios de comunicação o culto ao indivíduo como o agente-motor da sociedade e como o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É fortalecida a perspectiva dos sujeitos como consumidores individuais, trabalhadores individuais, com vontades próprias para a tomada de decisões e para viver as suas vidas sem a dependência de outras pessoas. Somos ensinados que gozamos de liberdade para escolhermos nossos próprios passos, mas apenas dentro das normas jurídicas de conduta pré-estabelecidas. O fetichismo do capital se manifesta e se oculta nessas relações que assumem a forma jurídica. A pretensa neutralidade da forma jurídica retira a exploração do trabalho dos olhos desatentos. A crise é imanente ao capital, parte de sua constituição interna, e decorrente da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo pela concorrência entre os capitalistas individuais, mas se faz

parecer que a culpa é do trabalhador pouco produtivo ou do capitalista que não sabe administrar os seus negócios.

Esse é o modo de operação da governamentalidade gestada e propagada em estudos de economistas burgueses voltados para o desenvolvimento de novos mecanismos de governo. A concretização desse tipo de dispositivo de governo das condutas se verifica nas noções de *homem econômico* e de *capital humano*. Foucault (2008b [1978-1979], p. 310-320) chama a atenção para a figura do *homo oeconomicus*, ou homem econômico, como a expressão desse sujeito que é "empresário de si mesmo", que internaliza a economia política e aceita ser governado de dentro do seu corpo. Esse sujeito procura desenvolver seu capital humano e, por isso, calcula suas ações baseado em uma racionalidade econômica, sempre visando a aumentar esse capital. Caso não consiga um bom empego, uma boa casa, ou realizar boas viagens com sua família, o *homo oeconomicus*, produto da governamentalidade, culpa a si mesmo pelo seu fracasso. Conforme Kurz (2004, p. 249) o *homo oeconomicus* representa o fato de a economia ter se apossado de toda a existência e tê-la submetido "ao calculo orientado pelo lucro abstrato e a política empresarial de custos".

Não passa pela cabeça desses indivíduos orientados pelo mercado que a vida individual não depende exclusivamente de suas potencialidades, mas de um conjunto de fatores socialmente estabelecidos. Na prática, a aceitação dessa dominação subjetiva por uma governamentalidade, que contém uma racionalidade econômica que encobre a vida coletiva, é uma evidência da alienação e do fetiche que a sociedade das massas aceitou em troca do acesso ao consumo de mercadorias. Esse é o cerne do que se conhece por sociedade do espetáculo, "como a inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo" (DEBORD, 2003 [1967], p. 14). Pelo modo como capital se apresenta aos indivíduos, colocar o trabalho apenas como uma simples engrenagem da produção de riquezas reproduz a imagem de um ser que se autovaloriza (GRESPAN, 2019). O *homo oeconomicus* vive plenamente esse fetiche do capital guiado pela forma abstrata da riqueza, o valor, e empenha-se cada dia mais para ser um bom servo desse ser abstrato. O homem econômico aceita ser escravo do dinheiro, de *tickets* para o consumo. Ele vive pelo dinheiro e para o dinheiro, e finge não saber que nem todos poderão fazê-lo. Assim, ele se agarra aos bens que possui, e o medo de perdê-los para os despossuídos o torna um reacionário em potencial.

No pensamento neoliberal, iniciado pelos ordoliberais alemães do início do século XX, e que vem sendo implementado violentamente no mundo a partir da década de 1970, a governamentalidade não se expressa apenas na definição e proteção dos limites territoriais, de leis e demais de normas de conduta. É mais do que isso. Nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 26), é possível se falar de uma sociedade neoliberal em gestação, que não se resume a uma *política* neoliberal ou a uma *economia* neoliberal, configura uma figura singular de capitalismo. Nessa acepção, em oposição às ideias marxistas, o neoliberalismo não seria uma reposta à crise do processo de acumulação das décadas de 1960-1970, mas uma crise de governamentalidade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26). Ademais, Foucault

> compreendeu, contra o economicismo, que não se podem isolar as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes, e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade e as respostas dadas às lutas sociais e culturais estavam encontrando, com o neoliberalismo, uma possível coerência teórica e prática. Interessando-se de perto pela história do governo liberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de "economia" está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a "biopolítica") que vão encontrar o neoliberalismo uma sistematização inédita (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26).

A partir dessa reflexão acerca da governamentalidade, evidencia-se que a economia política, acoplada às técnicas de governo, passou a se ocupar da vida das pessoas, se valendo dos conhecimentos produzidos no âmbito da população. Em outros termos, assim como para um Estado religioso interessava saber em que proporção os seus discursos metafísico-religiosos estavam sendo internalizados pelos indivíduos, à economia política interessa que as leis e valores do econômico sejam incorporados pelos indivíduos, que serão guiados, governados, por um governo que atuará de dentro e de fora de seus corpos. Não é preciso o governo dizer a todo o momento que é preciso trabalhar, consumir, seguir as leis, não matar, não roubar, não jogar lixo no chão. Para os fins punitivos e educativos, as prisões e as escolas, respectivamente, estão de prontidão. Se se quer gerir os negócios da burguesia, essa tarefa será facilitada se os

próprios indivíduos internalizarem as regras e valores do modo de produção. Cada indivíduo passa a ser o responsável único por seus atos e passa a ter que controlar e a adaptar suas condutas ao máximo àquilo que as normas econômicas determinam. Não se questiona com veemência a existência do valor em si, mas se questiona a falta de dinheiro. Nesse sentido, o sujeito produzido pela governamentalidade, o *homo oeconomicus* se fortalece com o neoliberalismo, como "a interface do governo e do individuo", como "aquele que aceita a realidade", "o *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável" (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 346, 368 e 369). O *homo oeconomicus* é o produto da governamentalidade neoliberal. Esse indivíduo está disposto a se adaptar às exigências da economia, pois se põe diante do mercado de forma fetichizada com o pensamento internalizado de que, em caso de qualquer insucesso, a culpa é exclusivamente dele.

Considerações e aberturas

Parte-se do pressuposto de que, embora haja distinções conceituais e metodológicas, até antagonismos, no entendimento das noções de Estado e governo em foucaultianos e marxistas, há em ambas a percepção de que a modernidade produz sujeitos produtivos de capital. São abordagens que têm o desejo pelo conhecimento e crítica das diversas formas de opressão. A história da modernidade capitalista mostra a vitalidade dessas abordagens, pois fornece preciosos elementos para a compreensão de que o que está em disputa quando se trata do poder é a criação de um modelo de sociedade e de indivíduos. No contexto capitalista com forte presença do Estado e sua arte de governar ancorada na aceleração dos tempos de rotação das mercadorias, a produção global do espaço tem a produção em massa de subjetividades como parte do processo. Mas em momentos opressores se fortalecem também as possibilidades para a transformação social.

A abordagem marxista é dialética e se pauta pela crítica em relação ao desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista, que é baseado na submissão de tudo e de todos à produção de mercadorias. Nessa perspectiva o Estado é essencial para a reprodução do capital em crise. Para a compreensão da relação que se estabelece entre o Estado, o capital e as subjetividades, precisa-se entender que o Estado, o qual os

hegelianos acreditavam ser a expressão mais bem acabada da razão humana, é, na realidade, a expressão do fetichismo da política, em que a separação entre o Estado e a sociedade civil é também a separação entre o ser, criador, e a política, a criatura (MARX, 2005 [1844], p. 87). O termo sociedade civil designa o reino do econômico e implica a produção de uma sociedade que estabelece uma relação passiva no tocante à política em meio aos arranjos econômicos: houve uma separação abstrata entre a sociedade e a política. Valendo-se dessa separação, a arte de governar biopolítica instrumentaliza o poder do Estado sobre a vida dos componentes da sociedade civil no âmbito da população.

A abordagem foucaultiana, genealógica, adentra as micro relações sociais e subjetivas de poder, que, mesmo não sendo restritas ao capitalismo, acabam delatando a articulação da produção de subjetividades com a produção de mercadorias. Ao mostrar a historicidade do governo dos vivos, Foucault chega à institucionalidade e ao Estado, que internalizou a economia política e a reproduz como uma *verdade*. Foucault parte do poder do soberano à noção de governamentalidade. Para esse autor, o Estado neoliberal e suas instituições são mais bem inteligíveis como a manifestação de uma arte de governar mais perversa, a governamentalidade, que alcança o controle das condutas dos indivíduos. Os dispositivos de governo dos vivos a cargo do exercício do poder pelo Estado atuam, no limite, para a configuração de uma sociedade a sua imagem e semelhança. Em razão de estar abstratamente apartado da sociedade que o criou, o Estado e as instituições são postos e repostos como seres neutros, politicamente equipados com saberes técnicos, que atuam apenas em função da justiça e igualdade entre as frações da sociedade. Dessas formulações, deriva a noção de Estado de direito, que faz esse Estado, pretensamente, colocar-se diante da sociedade civil como o único detentor do poder, sendo que não é. Ancorado nesse fetiche, e apoiando-se em um saber técnico calcado nas luzes da ciência, a "governamentalidade" (FOUCAULT, 2008a [1977-1978]) se vale de um conjunto de dispositivos de controle das condutas que alcançam os sujeitos individualmente para torná-los produtivos e obedientes. Mais precisamente, produz-se um tipo específico de indivíduo, o *homem econômico*, que aceita a modernização e a escravização pelo dinheiro e pela mercadoria.

Governar requer o processo de dulcificação dos governados, que se tornam objetos e objetivos de uma compreensão conjuntural;

biológica, psíquica, econômica, cultural, comportamental, descobertas das quais se vale a economia política. A dissimulação das contradições imanentes ao modo de produção capitalista como a redução da participação do trabalho vivo no processo produtivo pelo aumento da composição orgânica do capital leva à necessidade de se encobrir o caráter imanente da crise e sua negatividade**6]**. Nesse contexto, a arte de governar para o capital prefere lidar com o indivíduo em vez das classes, sendo o espaço do corpo uma zona de conflitos. A culpa pela queda geral na acumulação, por exemplo, é transferida para cada trabalhador individualmente, que passa a se sentir se culpado pela queda nos lucros de seus patrões. O corpo é uma zona de conflitos por conter as vontades individuais e ser o objetivo principal do governo dos vivos. Assim, todas as formas assumidas pela arte de governar apresentadas nessa reflexão estão, em alguma medida, em uso. O surgimento de uma não necessariamente anula a existência da outra. Elas estão sobrepostas e se articulam dialeticamente. Essas diferentes artes de governar respondem às demandas a reprodução do modo de produção.

A negatividade da crise pode se manifestar nas diversas frentes de luta que se fortalecem e propõem contraofensivas a esse governo dos corpos, das vidas e das condutas. A revolução parte de indivíduos desobedientes e ganha força ao adquirir um sentido coletivo que ataquem a individualização. Os dispositivos de governo dos vivos objetivam, portanto, obscurecer o debate político em torno do possível, fazendo que se viva o aqui e a o agora e se dance individualmente conforme a música.

Essa reflexão, em vez de apontar caminhos ou dar visibilidade a algum movimento de enfrentamento especifico, busca discutir os modos de operação desse governo dos vivos em um contexto orientado pela acumulação. É preciso se manter permanentemente vigilante. Aos governados que não querem se submeter ao poder, as resistências e os contra-ataques precisam propor táticas e estratégias que neguem o adestramento pelo controle das condutas. Em uma nota explicativa do livro "Segurança, Território e População" é dito que

> ...] "onde há poder, há resistência", não estando esta "jamais em posição de exterioridade em relação ao poder", mas constituindo "o outro termo, nas relações de poder", seu "irredutível *vis-à-vis*". A noção de resistência permanece, em 1978, no cerne da concepção foucaultiana da política. Assim, numa série de folhetos manuscritos sobre a governamentalidade, inseridos entre duas aulas do curso, ele escreve: "A análise da governamentalidade ...] implica que 'tudo é político'. ...] A política não é nada mais, nada menos que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento." A ideia de "contra-conduta", segundo a expressão proposta mais adiante, representa uma etapa essencial, no pensamento de Foucault, entre a análise das técnicas de sujeição e a análise, desenvolvida a partir de 1980, das práticas de subjetivação**7]** (FOUCAULT, 2008a 1977-1978], p. 287).

É preciso haver a imposição de contra-condutas como formas de não aceitação desse governo que alcança as subjetividades. Nessa perspectiva, os contra-poderes precisam produzir seus saberes e suas "verdades" para o enfrentamento dos dispositivos disciplinares. Foi para incentivar formas de enfrentamentos à opressão que Foucault evidenciou toda a perversidade da produção dos indivíduos pelos dispositivos de saber-poder. Uma contra-conduta importante aos indivíduos é justamente reencontrar seus laços coletivos, comuns, que possam levar à configuração de movimentos como uma utopia concreta de resgate da práxis. Ademais, no caminho da liberdade "o único governo possível é o governo de si mesmo" (POGREBINSCH, 2009, p. 130).

Notas

1. Este estudo contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma de uma bolsa de doutorado.

2. Essa reflexão amplia uma discussão apresentada de forma incipiente na dissertação do autor e é parte de sua tese de doutorado.

3. Expressão de origem francesa, que significa, literalmente, deixar agir, deixar fazer.

4. Em inglês, despossession. Em português, outras traduções são despossessão ou desapropriação.

5. Odores fétidos que se acreditava ser a causa de diversas doenças, por volta do século XVII.

6. Negativo no sentido dialético e de transformação, em oposição ao sentido positivo e conservador.

7. Essa citação está na nota 5 da "aula de 1º de março de 1978" do livro *Segurança, território e população*.

Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *In:* **Tempo Social Revista de Sociologia USP**, São Paulo, 7 (1-2). 1995, p. 105-110. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0105.pdf Acesso em: 20/03/2019.

ALVIM, Davis Moreira. Foucault e o primado das resistências. *In:* **Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)**. São Paulo: v. 20, 2012, p. 22-30. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955 Acesso em: 30/03/2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise.. São Paulo: Boitempo, 2ª Ed., 1999, 285 p. Trad. Wanda Brant

BIHR, Alain. A problemática da reprodução do capital em O Capital. *In:* **Revista Lutas Sociais**, n° 9/10, São Paulo, 2003, p. 1-11. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25775/18419 Acesso em: 18/04/2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo. 1ª ed., 2016, 416p. Trad. Mariana Echalar.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Ebook Brasil.com, 2003 [1967], 169p. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf Acesso em: 25/06/2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1975-1976], 382p. Trad. Maria Encarnação Galvão

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no College de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008a [1977-1978], 572p. Trad. Eduardo Brandão

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b [1978-1979], 474 p. Trad. Eduardo Brandão

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984, 174p. Trad. de Roberto Machado

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987 [1975], 348p. Trad. Raquel Ramalhete

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009 [1979-1980], 433p. Trad. Nildo Avelino

GRESPAN, Jorge. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1999, 287p.

GRESPAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. Boitempo: São Paulo. 1ª ed, 2019, 302p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 249p. Trad. Coletivo Gráfico Annablume

HARVEY, David. **Limits to capital**. Oxford: Blackwell. 1ª edição, 1982. Disponível em: http://libcom.org/files/The%20Limits%20to%20Capital.pdf Acesso em: 29/05/2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 348p. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 7ª Ed., 2013, 201p. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Philosophy of Right**. Canada: Batoche Books Limited, 2001 [1820], 571 p. Disponível em: http://www.inp.uw.edu.pl/mdsie/Political_Thought/Hegel%20Phil%20of%20Right.pdf Acesso em: 20/04/2018.

LEFEBVRE, Henri. **The survival of capitalism:** reproduction of the relations of production. New York: Editions Allison & Busby, 1976, 131 p.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell. 3ª edição, 1991 [1974], 434 p.

LEFEBVRE, Henri. **El Estado moderno**. *In:* Revista Geopolítica(s), vol. 3, n°1, 2012 [1976], p. 137-149. Disponível em: http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/40288/38734 Acesso em: 22/08/2017.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora UFJF – PAZULIN, 2004, p. 293.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. *In:* **Revista Geografares**, Espírito Santo, n° 28, 2019, p. 55-115.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** [1513-1532]. Versão para e-book, 2005 [1513], 164 p. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf Acesso em: 15/05/2018. Trad. Ridendo Castigat Moraes.

MARTINS, Sérgio Manoel Merêncio. Poder, política, urbano e a caixa de Pandora. *In:* **Revista Cidades**. Presidente Prudente: v.7, n. 11, 2010, p. 79-120.

MARTUCCI, Frederico Brum. **A genealogia do exercício do poder em Michel Foucault:** soberania, disciplina e biopoder. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 120 p.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005 [1844], 104p. Trad. Sílvio Donizete Chagas

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 29ª Ed., 2011 [1867], 928p. Trad. Reginaldo Sant'Anna

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Escala 2007 [1848], 91p. Trad. Antônio Carlos Braga

POGREBINSCHI. Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *In:* **Revista Lua Nova:** revista de cultura e política [online]. n.63, 2004, p.179-201.

POGREBINSCHI. Thamy. **O enigma do político:** Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009, 391 p.

***Thiago Andrade dos Santos** é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: thiago_andsant@yahoo.com.br